

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.485 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2002

Marido que agride mulher pode ser afastado de casa

Projeto aprovado pelo Plenário só depende agora da sanção do presidente da República para virar lei. Senadoras Emilia Fernandes, Heloísa Helena e Marina Silva ressaltam importância da iniciativa para reduzir violência doméstica



Entre Mauro Miranda, Heloísa e Marina, Ramez Tebet preside a sessão em que o Plenário votou proposta que coíbe violência

Os responsáveis por violência doméstica poderão ser afastados do lar por decisão da Justiça. O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que prevê o afastamento do agressor como medida cautelar. A

iniciativa protege toda a família, segundo Marina Silva. Emilia Fernandes disse que o projeto inibe o crescimento da violência, enquanto Heloísa Helena destacou a relação entre alcoolismo e agressões.

PÁGINA 2



Nove obras saem da lista de irregulares e recebem verbas

PÁGINA 5

Autorizado crédito do Banco Mundial para Saúde da Família

O Senado aprovou ontem a contratação de operação de crédito no valor de US\$ 68 milhões para o Programa de Saúde da Família.

PÁGINA 3

Comissão recebe denúncias contra Banco do Nordeste

PÁGINA 6

Congresso define normas para exame de medidas provisórias

Acordo entre as lideranças partidárias permitiu a aprovação ontem, pelo Congresso Nacional, de projeto de resolução que estabelece normas para

o exame das medidas provisórias. O presidente do Senado, Ramez Tebet, que dirigiu os trabalhos da sessão conjunta, cumprimentou os parlamenta-

res pela decisão, considerando-a merecedora do reconhecimento de “todos os que lutam pelo aperfeiçoamento do processo legislativo”.

PÁGINA 5

Aprovadas novas datas nacionais comemorativas

Após discussão em turno único, o Plenário aprovou ontem três projetos da Câmara que instituem datas comemorativas nacionais para a defensoria pública, o profissional de turismo e o combate ao glaucoma. As decisões ainda precisam ser sancionadas pelo presidente da República.

Por um dos projetos aprovados, o dia 19 de maio passará a ser dedicado à celebração do Dia Nacional da Defensoria Pública. Na justificativa da proposta, o deputado federal Iédio Rosa (PMDB-RJ) informa que a escolha da data coincide com a do falecimento de Santo Ivo Kemartin, doutor em Teologia, Letras e Filosofia, que se notabilizou por dedicar-se à defesa dos pobres nos tribunais e criar a Instituição dos Advogados dos Pobres, que serviria de inspiração ao trabalho da defensoria pública.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO), relator na Comissão de Educação (CE), saudou a iniciativa do deputado Ronaldo Vasconcelos (PFL-MG) de apresentar projeto instituindo o Dia do Bacharel em Turismo. "Presto aqui uma homenagem ao autor, um baluarte do turismo", declarou. A data será comemorada no dia 27 de setembro, coincidindo com a passagem anual do Dia Mundial do Turismo.

O último projeto do gênero refere-se à criação do Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, a ser comemorado no dia 26 de maio. O interesse em conscientizar a população e os profissionais de saúde sobre a importância do diagnóstico precoce da doença foi o que motivou a iniciativa do deputado Pedro Canedo (PSDB-GO).

Plenário acolhe proposta que afasta responsável por violência doméstica

Projeto de lei da Câmara dos Deputados estabelece que o agressor seja retirado do convívio com a família, como medida cautelar a ser adotada pelo juiz. Matéria irá agora à sanção do presidente

Os responsáveis por violência doméstica poderão ser afastados do lar por decisão da Justiça. A inovação está prevista em projeto de lei da Câmara – com parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO) – aprovado ontem em Plenário. O texto prevê o afastamento do agressor como medida cautelar a ser adotada pelo juiz.

Durante a discussão da proposta, encaminhada à sanção presidencial, a senadora Emília Fernandes (PT-RS) observou que as mulheres que sofrem violência doméstica são constantemente ameaçadas de novas agressões.

Ela admitiu que o projeto não resolve o problema, mas inibe o crescimento da violência.

– Os homens terão agora de pensar duas vezes antes de levantar a mão para agredir as mulheres em casa – afirmou Emília.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que, ao prever o afastamento do agressor de casa, o projeto protege toda a família. Ela elogiou experiência que vem sendo feita por médicos e psicólogos do Rio de Janeiro, de orientação a responsáveis por atos de violência doméstica. Na sua opinião, a força policial não deve ser o único recurso disponível no comba-

te às agressões ocorridas em casa.

Por sua vez, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) sustentou a necessidade de o Congresso Nacional votar rapidamente projetos em tramitação que limitam a publicidade de bebidas alcoólicas. Ela observou que 90% dos casos de violência doméstica têm alguma relação com o alcoolismo.



Projeto contou com parecer favorável do relator, senador Iris Rezende

Roosevelt Pinheiro

Adiado debate de protocolo sobre discriminação contra mulher

O Plenário aprovou requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) propondo o adiamento da discussão do protocolo facultativo à adesão da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, assinado pelo governo brasileiro no dia 13 de março de 2001, na sede das Nações Unidas, em Nova York.

O adiamento da discussão da matéria, que foi pedido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em correspondência encaminhada ao presidente da Casa e a alguns senadores, não foi consensual. A primeira a se posicionar contra foi a senadora Emília Fernandes (PT-RS), relatora da matéria na Comissão de Relações Exteriores.

– Na correspondência encaminhada pela CNBB existem vários equívocos. O documento diz que o acordo definiria o aborto e a união civil de pessoas do mesmo sexo. Na verdade, o acordo não

define nada. Apenas faz algumas recomendações e sugestões. O próprio texto da CNBB destaca em outra parte que o Brasil é signatário da convenção desde 1981 e ela nada fala sobre aborto ou uniões homossexuais e condena explicitamente a exploração da prostituição feminina – afirmou Emília Fernandes.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) também posicionou-se contra o adiamento da discussão e disse ser favorável à ratificação do protocolo. Ele destacou que o verdadeiro interesse da CNBB não era o de adiar a votação para proporcionar tempo para o aprofundamento da discussão.

– A CNBB quer mobilizar-se para conseguir com que o protocolo não seja aprovado – disse.

Por outro lado, a senadora Marina Silva (PT-AC) apoiou o adiamento da discussão por entender que os senadores precisam de mais tempo para discutir a questão. Ela disse que as matérias que

envolvem questões de consciência devem ser tratadas com a devida cautela.

Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu a palavra para responder a comentário de Roberto Freire. O senador, sem citar nomes, havia manifestado sua preocupação com determinados tipos de interferência, como por exemplo a declaração de um candidato defendendo a discussão da Bíblia nas escolas. A defesa foi feita por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Freire disse que é preciso "respeitar a república laica".

Heloísa Helena afirmou que o PT preserva a consciência pessoal, religiosa, partidária e ideológica de todos. Ela lembrou que o partido reúne em seu quadro de filiados ateus, evangélicos, judeus, católicos e espíritas. A senadora acrescentou que não haveria problema se a Bíblia fosse distribuída nas escolas. "É uma história linda, revolucionária, de luta e libertação", disse.

RÁDIOS

Vão a promulgação dois projetos aprovados pelo Plenário do Senado ontem, autorizando a Associação Comunitária Cajueiro e a Associação Equipe Canal 8 a executarem serviços de radiodifusão comunitária nas cidades de Juazeiro (AL) e Mariópolis (PR), respectivamente. Nos dois casos, a autorização tem validade de três anos.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

9h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 5/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 222 da Constituição federal, suprimindo-se o parágrafo 2º do referido artigo, que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Saúde da Família terá financiamento externo

Senado aprova projeto de resolução autorizando a contratação de crédito junto ao Banco Mundial no valor de US\$ 68 milhões. Também foram autorizadas operações de interesse de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul

A ampliação do Programa de Saúde da Família poderá contar com US\$ 68 milhões do Banco Mundial. O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a contratação de crédito externo pelo governo federal, que se comprometeu a aplicar até US\$ 68 milhões como contrapartida local.

Durante a discussão, o senador Tião Viana (PT-AC) queixou-se de decisão adotada pelo Ministério da Saúde de destinar os recursos do financiamento apenas a municípios com mais de 100 mil habitantes. A postura do governo nesse caso, observou, teria sido "arrogante e autoritária".

— Mais uma vez os municípios pobres e periféricos ficam marginalizados — disse Tião Viana, que, apesar dessa discordância, anunciou voto favorável à matéria.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) estranhou que a ampliação do Programa de Saúde da Família tenha de ser feita com financiamento internacional. Para ela, o governo federal deveria investir recursos próprios nessa área.

Dois outros projetos de resolução aprovados beneficiam o estado de Santa Catarina. O primeiro deles autoriza o governo do estado a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento



Viana lamenta que recursos sejam destinados só a municípios com mais de 100 mil habitantes e Heloísa estranha que a ampliação do programa tenha de ser feita com financiamento internacional

(BID) no valor de US\$ 150 milhões, destinados ao asfaltamento de rodovias vicinais no interior catarinense. O segundo projeto permite operação de US\$ 62,8 milhões, junto ao Banco Mundial, para financiar o Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor.

Apesar de anunciar voto favorável, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ponderou que a Secretaria do Tesouro Nacional havia apontado pendências legais no processo. Ele disse ainda que o governo catarinense havia colocado "o carro à frente dos bois", ao licitar as obras sem autorização do Senado. Por sua vez, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) lembrou que o governador Esperidião Amin havia respondido a todas as dúvidas dos senadores ao participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Foi aprovado ainda em Plenário projeto de resolução que autoriza

a União a conceder garantia a operação de crédito entre Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), destinada ao financiamento de asfaltamento de rodovias situadas a sudoeste do estado, em região de fronteira. Durante a discussão, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) agradeceu o apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso ao desenvolvimento do estado.

Os senadores acolheram também projeto de resolução que autoriza operação de crédito de US\$ 6,1 milhões entre a prefeitura de Campo Grande (MS) e o Fonplata para o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e de Preservação do Córrego Soter. Foi ainda aprovado projeto que permite à União conceder garantia a operação de crédito de US\$ 30 milhões entre o Banco do Nordeste e o BID, para financiar o Programa de Crédito Produtivo Popular para o Nordeste (Crediamigo).

Comissão de Assuntos Sociais, o objetivo da proposição é intensificar os mecanismos de prevenção da Aids. Ele lembrou que o uso de preservativos é um meio eficaz de prevenção da doença.

— Entre as estratégias sugeridas pelos especialistas para aumentar a disponibilidade e o uso de preservativos está a retirada das restrições e o estímulo à sua ampla comercialização nos mais variados tipos de estabelecimentos, comerciais ou não, inclusive sob a forma de auto-atendimento — afirmou Tião Viana.

Preservativo pode ser vendido em qualquer tipo de comércio

O Senado aprovou ontem projeto de iniciativa da Câmara que autoriza a comercialização de preservativos masculinos de látex de borracha (camisinha) em todo e qualquer estabelecimento comercial, independentemente da finalidade constante no contrato social e das atividades indicadas no alvará de funcionamento. É obrigatório que

os produtos atendam às exigências do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), estejam em embalagens aprovadas pelos órgãos de saúde pública e não sejam expostos a condições ambientais que possam afetar sua integridade. A matéria vai à sanção presidencial.

Segundo o senador Tião Viana (PT-AC), relator da matéria na

Aprovado acordo com Romênia para sanidade veterinária

O Plenário do Senado aprovou ontem o texto de acordo sobre cooperação na área de sanidade veterinária, celebrado entre os governos do Brasil e da Romênia, em Brasília, no dia 25 de julho de 2000. O objetivo é expandir e desenvolver a cooperação mútua no campo da veterinária, a fim de assegurar o nível adequado de proteção contra doenças de animais e doenças humanas causadas por produtos de origem animal. A matéria segue agora para promulgação.

O acordo também facilita o co-

mércio, entre os dois países, de animais, sêmen para inseminação artificial, embriões, ovos para reprodução, forragem, produtos de origem animal, medicamentos e outros produtos de uso na medicina veterinária. Segundo o relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador José Agripino (PFL-RN), Brasil e Romênia deverão comunicar as alterações nas respectivas legislações nacionais sobre a situação sanitária nos seus territórios.



Para Rocha, "nada é mais urgente do que garantir que vidas não serão perdidas"

Rocha pede votação rápida da restrição ao silicone líquido

"O silicone líquido está matando no Brasil e o Senado continua protelando a votação do projeto." Foi o que disse o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ontem, ao fazer um apelo pela votação rápida do projeto que proíbe o uso do silicone injetável no país. Ele afirmou não entender por que a urgência para a votação da matéria foi retirada na sessão plenária de quarta-feira, o que fez com que a proposição voltasse à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

— Não consigo pensar em nada mais urgente do que garantir que vidas não serão perdidas pelo uso indevido desse produto, como vem acontecendo — ressaltou.

Rocha protestou, também, con-

tra os critérios que regem as votações com pedido de urgência no Senado. Ele lembrou que estavam na pauta de ontem quatro pedidos de urgência para votação de créditos externos para municípios de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

— Nada tenho contra esses créditos, mas o Senado fica na contramão da história quando protela a votação de um projeto pedagógico e de alcance social, como a proibição do uso do silicone injetável — salientou.

Rocha lembrou ainda que a União Européia já proibiu o uso injetável do produto e, nos Estados Unidos, até mesmo as próteses de silicone líquido são proibidas, em função dos múltiplos problemas que causaram.

Saturnino: capital estrangeiro na mídia não é solução

Para senador, a presença de dinheiro de grupos multinacionais nas empresas de comunicação social pode comprometer a independência da imprensa brasileira, além de não resolver a crise financeira e econômica que o setor enfrenta

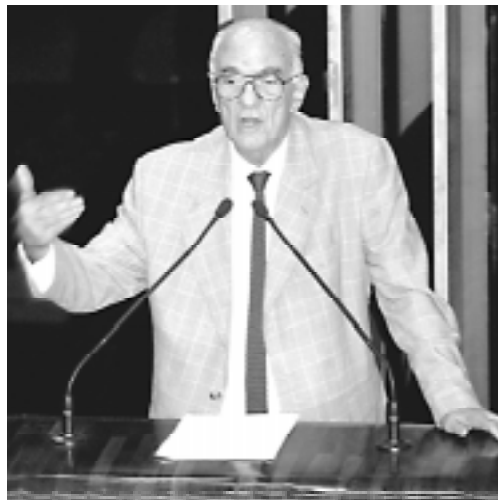
O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) citou a cobertura jornalística que a imprensa venezuelana fez do golpe de Estado frustrado contra o presidente Hugo Chávez como exemplo do que poderia acontecer caso seja permitida a participação de até 30% de capital estrangeiro nas empresas brasileiras de comunicação social, conforme proposta de emenda à Constituição que teve ontem seu terceiro dia de discussão. Para Saturnino, mesmo minoritário, o capital estrangeiro vai ser decisivo nas linhas editoriais de jornais e televisões.

— Sou favorável à participação de pessoas jurídicas na composição do capital social das empresas de comunicação social. Isso é uma exigência dos tempos modernos, é a forma de permitir que se incorporem novas tecnologias.

Mas é perfeitamente suficiente limitar isso a empresas brasileiras e ao apoio do BNDES, como houve há pouco com a Globo Cabo. Não há por que liberar a entrada de capital estrangeiro no setor.

Para Saturnino, o capital estrangeiro não é a solução para crises econômicas. Ele citou como exemplo as televisões por assinatura, que têm 50% de capital estrangeiro e, mesmo assim, atravessam crise financeira e econômica.

Roberto Saturnino lembrou que há 30 anos lutou no Congresso Nacional contra a associação das Organizações Globo com o grupo norte-americano Time-Life, o que



Saturnino lembrou o caso venezuelano para criticar a PEC que permite capital estrangeiro na mídia

lhe valeu a proscricção nos noticiários desde então. Assim mesmo, lembrou, continua com o mesmo pensamento. Segundo ele, as Organizações Globo vão consolidar ainda mais, se a PEC for aprova-

da, seu monopólio, porque apenas esse grupo empresarial e algum outro mais conseguirão captar dinheiro fora do Brasil.

A senadora Emilia Fernandes (PT-DF) também acredita que a presença de capital estrangeiro nas empresas de comunicação agravará ainda mais a situação de monopólio que existe no setor.

— Estou preparando um levantamento sobre o controle das emissoras de rádio e televisão no país, e já é possível constatar que há uma grande concentração de veículos nas mãos de políticos. É preciso mudar isso — disse a senadora, que votará contra a PEC.

Já o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) considera fundamental permitir o socorro do capital estrangeiro, através da participação acionária limitada em 30%, às empresas de comunicação.

— É preciso injetar vitamina em nossas combatidas empresas de comunicação social. A participação acionária estará limitada a 30%, o que é uma salvaguarda, e é um recurso legítimo buscar recursos neste mundo globalizado.

DISCUSSÃO

O Senado realiza hoje a quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que permite o ingresso de capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

Também será discutida, em terceira sessão do primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que confere aos partidos liberdade de firmarem alianças, independentemente dos acordos feitos para a eleição presidencial. Para a aprovação das PECs são necessárias cinco sessões de discussão, em primeiro turno, e três, em segundo.



Luiz Otávio comemorou decisão do Tribunal Superior Eleitoral de impedir as candidaturas natas

Luiz Otávio critica norma do TSE sobre coligação

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) criticou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de verticalizar as coligações eleitorais. Ele defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que garante liberdade para coligações. Luiz Otávio anunciou ainda que está assumindo uma das vice-lideranças do governo no Senado, atendendo a convite do líder, senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

O senador afirmou ao Plenário que o TSE rejeitou a existência de candidaturas natas para cargos proporcionais (vereadores e deputados estaduais e federais). Em sua opinião, a medida garante autonomia aos partidos políticos na formação de suas chapas.

“Folha” equivocou-se em notícia sobre Ciro Gomes, diz Freire

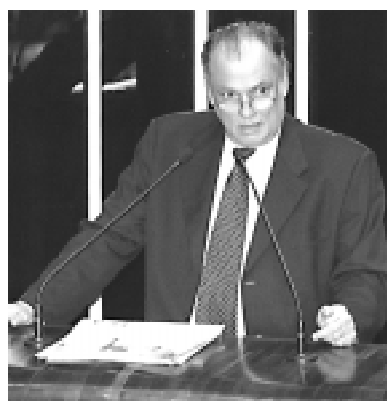
O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse ontem que o jornal *Folha de S. Paulo* cometeu equívoco ao noticiar que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) teria vetado o candidato do partido, Ciro Gomes, em programas do PDT e do PTB no horário de propaganda a que os partidos têm direito no rádio e televisão antes do dia 6 de julho, data da abertura oficial da campanha eleitoral. Freire também acusou o PSDB de tentar censurar a presença de Ciro na mídia, ao representar no TSE contra o candidato.

— Ao tentar censurar Ciro Gomes, impedindo a sua participação nos programas partidários do PDT e PTB, o PSDB cumpre um

papel que mancha a biografia de seus membros, em sua maioria oriundos de lutas democráticas, libertárias, em períodos obscuros da história do Brasil.

Roberto Freire discursou durante a Ordem do Dia do Senado, na discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que garante aos partidos liberdade de coligação nas eleições deste ano.

Freire, que é a favor da PEC, explicou que, na verdade, houve a representação do PSDB ao TSE contra a presença de Ciro nos futuros programas do PDT e do PTB. O tribunal arquivou a representação, disse, e houve a seguir



Roberto Freire esclareceu que o TSE não vetou a participação de Ciro em programas do PDT e PTB

pedido de desarquivamento, um agravo regimental, que também foi rejeitado.

— Na resposta ao agravo regi-

mental, o ministro do TSE fez alguns comentários, em que a *Folha* se baseou para tirar conclusões equivocadas. Quanto ao PSDB, o partido tentou censurar Ciro Gomes, mas omitiu-se quando o mesmo foi feito com supostos “fenômenos” eleitorais, como a ex-candidata Roseana Sarney e mesmo com o Lula, que, graças ao trabalho de *marketing*, está sendo chamado de “Dula” (referência ao marqueteiro Duda Mendonça) — disse.

O senador criticou a decisão do TSE de vincular verticalmente as coligações. Disse que a decisão levou ao surgimento de aberrações como as candidaturas “camarão” e “mula-sem-cabeça”.

PSDB não tentou censurar o candidato do PPS, responde Melo

O líder do PSDB no Senado, Geraldo Melo (RN), respondeu à acusação do senador Roberto Freire de que o principal partido governista tentou censurar Ciro Gomes, impedindo-o de participar dos programas partidários do PDT e do PTB. Segundo Melo, houve apenas uma consulta ao TSE sobre o assunto. Geraldo Melo respondeu a Roberto Freire durante a segunda sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Bernardo

Cabral que anula a decisão do TSE de verticalizar as coligações.

Geraldo Melo disse que estava ali para discutir a PEC que garante liberdade de coligações em todos os estados, mas iria aproveitar o tempo para fazer um comunicado de liderança. Segundo ele, o PSDB tinha uma dúvida concreta, “fundada em razões objetivas”.

— O PSDB não tinha e não tem intenção de censurar ninguém. Era uma dúvida legítima, e por

isso recorreu ao TSE. Até agora, não era permitida propaganda eleitoral de um candidato no espaço de outro partido, mesmo que o candidato fosse reconhecido publicamente como tal. Assim como não era permitida propaganda pessoal. As inserções no rádio e na televisão fora do período de campanha eram para os partidos, e não para pessoas, exporem seus programas, suas ações administrativas, suas propostas, suas idéias — explicou Geraldo Melo.



Melo: PSDB apenas consultou TSE sobre participação de candidato em propaganda de outro partido

Congresso regulamenta a votação das MPs

Resolução determina que comissão mista terá prazo de 14 dias para emitir o parecer. Estabelece que, se o Plenário do Senado ou da Câmara entender que não foram atendidos pressupostos de relevância e urgência, medida será arquivada

O Congresso Nacional aprovou na tarde de ontem projeto de resolução que estabelece normas para o exame das medidas provisórias (MPs) pelo Legislativo. Na direção dos trabalhos da sessão conjunta, o presidente do Senado, Ramez Tebet, cumprimentou os parlamentares pela decisão e disse considerar a matéria da maior importância.

— Nós estávamos reclamando dessa matéria e agora ela é votada por acordo de lideranças, de forma extraordinária, merecendo o reconhecimento de todos

aqueles que lutam pelo aperfeiçoamento do processo legislativo — afirmou Tebet. O líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ), manifestou seu apoio ao senador.

Conforme o projeto, a comissão mista constituída para examinar uma MP terá o prazo de 14 dias, contados de sua publicação no *Diário Oficial*, para emitir parecer. Aprovado, ele será primeiro encaminhado à Câmara. Não havendo parecer, o relator terá que preferi-lo em Plenário. Aprovada na Câmara, a matéria será encaminhada ao Senado. Se a Câmara não concluir a votação da matéria, o Senado poderá iniciar sua discussão.



Na presidência da sessão, Ramez Tebet cumprimentou parlamentares pela decisão

Foi decidido também que, se o Plenário da Câmara ou do Senado entender que não foram atendidos os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira da MP, esta será arquivada. Rejeitada a medida, o presidente da Casa comunicará o fato imediatamente ao presidente da República e o publicará no *Diário Oficial*.

Se a MP não for apreciada em até 45 dias, passará a tramitar em regime de urgência, ficando paradas todas as demais deliberações da Casa em que estiver tramitando. Se em 60 dias a medida não tiver sido votada na Câmara e no Senado, sua vigência estará automaticamente prorrogada uma úni-

ca vez, por igual período. Findo esse prazo sem uma conclusão, terá que ser elaborado projeto disciplinando as relações jurídicas decorrentes de sua vigência.

Quanto às medidas provisórias que estavam em vigor na data da publicação da emenda constitucional que fixou novos critérios para edição e tramitação dessas normas legislativas, o projeto estabelece que elas serão votadas conforme os procedimentos que eram adotados anteriormente. Isso significa que a deliberação sobre as medidas provisórias vigentes até 12 de setembro de 2001 será em sessão do Congresso, e não separadamente, pela Câmara e pelo Senado.

Obras saem da lista de irregulares e voltam a receber verba do Orçamento

Foram aprovados ontem pelo Congresso propostas que retiram da lista de obras com irregularidades nove projetos nos estados, os quais voltarão a receber dinheiro do Orçamento da União. Os deputados e senadores concordaram com relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), informando que os problemas estão sendo resolvidos.

Uma das obras mais importantes é a duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo. O TCU havia encontrado problemas em um contrato referente à construção de um trecho na divisa de Minas Gerais com São Paulo, com um acréscimo de 24,9% no valor do contrato sem nova licitação, mas o governo de São Paulo mostrou que, se houvesse nova

licitação, as chuvas iriam destruir parte das obras e a construtora ainda exigiria indenização.

Também poderão ser retomadas as obras de construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal em Cuiabá, da implantação do anel rodoviário de Rio Branco (AC), do projeto de irrigação Rio Balsamo, em Palmeira dos Índios (AL), da construção do anel ferroviário de Campo Grande (MS), da dragagem do Porto de Vitória (ES), da barragem de Poço Marruá e adutoras de distribuição de águas em Patos (PB), do anel rodoviário de Fortaleza (CE) e da construção de um terminal no porto de Barra do Riacho (ES).

Durante a discussão das matérias, o deputado Giovanni Queiroz

(PDT-PA) reclamou que as investigações do TCU “nunca terminam com os responsáveis na cadeia” porque o Ministério Público não tem interesse em continuar os processos na Justiça.

Os deputados e senadores aprovaram ainda a abertura de créditos especiais para o Executivo, no valor total de R\$ 341,3 milhões. O maior deles, de R\$ 223,5 milhões, destina-se ao programa de reaparelhamento do Exército. A Agência Nacional do Cinema (Ancine), criada em setembro do ano passado, receberá R\$ 78 milhões, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação contará com R\$ 26,5 milhões, a Presidência da República receberá R\$ 6,7 milhões e a empresa Boa Vista Energia (Bovesa), R\$ 6,6 milhões.

Tramitação da CPMF será normal, diz Ramez Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, manifestou ontem sua satisfação com o andamento das votações no Plenário da Casa, com destaque para a aprovação de catorze medidas provisórias nesta semana, inclusive a que autoriza a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores. Tebet assegurou que o ritmo será mantido e que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) vai tramitar normalmente.

— O Senado tem trabalhado como nunca, em clima de harmonia e perfeita paz, e com grande envolvimento dos senadores, e vamos continuar assim. Temos matérias muito importantes na pauta, emendas como a da CPMF, que será votada normalmente, sem supressão de nada: vamos cumprir a lei — garantiu.

Tebet ressaltou que o Senado “deu uma grande demonstração de maturidade” ao aprovar a renegociação das dívidas dos agricultores, e salientou que “os senadores estão cientes de suas responsabilidades, cola-

borando com o objetivo de tornar o Senado, cada vez mais, uma Casa aberta à sociedade brasileira”.

EMBAIXADOR DO CHILE

Ramez Tebet recebeu na manhã de ontem visita do embaixador do Chile no Brasil, Carlos Eduardo Mena. O senador também concedeu audiência a Wilson Santoli, Humberto Peron, João Batista Viana e Luiz Evandro, representantes da Ordem dos Músicos de Mato Grosso do Sul.

Visitaram ainda o presidente do Senado a rainha e princesas da 10ª Festa Nacional do Doce (Fenadoce), a ser realizada em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Além de ser presenteado com doces, Tebet recebeu do deputado Fetter Júnior (PPB-RS) convite para participar do evento, que acontece anualmente em junho.



O presidente do Senado recebeu visita da rainha e princesas da 10ª Festa Nacional do Doce, de Pelotas (RS)

Senado enviará representante à canonização de Madre Paulina

O primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), na condução dos trabalhos do Plenário, comunicou que a Casa enviará representante à cerimônia de santificação de Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus, que acontecerá no dia 19 de maio, no Vaticano. O senador destacou a relevância da solenidade, pois Madre Paulina será a primeira santa brasileira.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu o nome do senador Gerson Camata (PMDB-ES) para representar o Senado, lembrando que, além ser descendente

de italianos, o senador fala italiano.

Madre Paulina, de nome Amabile Lucia Visintainer, nasceu em Vígolo Vattaro, na Itália, em 1865, e emigrou com seus pais para o Brasil em 1879, estabelecendo-se em Santa Catarina, na cidade de Nova Trento. Ali, fundou a Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição no ano de 1895, instituição beneficente que conta hoje com mais de 600 centros religiosos espalhados pelo país.

A madre foi beatificada em 1991 pelos serviços prestados em prol dos doentes e pobres.

Começa investigação de denúncias contra BNB

Comissão de Fiscalização e Controle dá início à apuração de acusações sobre irregularidades no banco, como desvios de recursos, improbidade administrativa, tráfico de influência e intermediação de interesses privados

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) começou, ontem, a tomar conhecimento de denúncias sobre o Banco do Nordeste (BNB) relativas a desvios de recursos, improbidade administrativa, tráfico de influência, intermediação de interesses privados e exploração de prestígio, envolvendo o nome do presidente da entidade, Byron Queiróz, nos últimos oito anos.

Durante a reunião desta quinta-feira, a CFC ouviu o depoimento do deputado estadual João Alfredo Telles (PT-CE), que apresentou cerca de 40 denúncias contra o presidente do Banco do Nordeste, referentes à liberação de recursos para bancos que se encontravam em processo de falência, enriquecimento ilícito e favorecimento pessoal.

O deputado contou aos mem-



Deputado estadual João Alfredo Melo depõe na CFC, em reunião presidida pelo senador Amir Lando

bro da comissão que todas as denúncias já foram devidamente formalizadas há cerca de um ano junto à Justiça cearense, e estranhou que até agora nenhuma providência tenha sido tomada. Segundo ele, existem claras evidências de que o Judiciário local tem relações estreitas com a direção do Banco do Nordeste.

Para o presidente do Sindicato

dos Bancários do Ceará, Tomaz de Aquino Silva, que também participou da audiência pública, o rombo de R\$ 7 bilhões do Banco do Nordeste teve início em 1995, após constatações feitas por auditorias do TCU e inspeções do Banco Central.

Tomaz Silva revelou que, durante os últimos seis anos, a direção do banco injetou milhões de reais no mercado, via concessão de empréstimos, sem qualquer critério técnico. "Ocorre que os empréstimos não estão sendo pagos, o que vem comprometendo seriamente o patrimônio do banco", disse o sindicalista.

A reunião da CFC foi destinada a discutir o descumprimento de decisão judicial que determinava o pagamento de indenização, pelo Banco do Nordeste, à empresa

Agroindustrial e Reflorestadora Ltda (Arisa). O presidente da empresa, Antônio José Nóbrega, que também compareceu à comissão, informou que o Banco do Nordeste deve à Arisa R\$ 100 milhões, "dinheiro que não é pago em virtude da relação incestuosa que alguns membros do Poder Judiciário do Ceará mantêm com a direção do Banco do Nordeste".

Na reunião, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou sua preocupação com os resultados de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), dando conta de que o BNB registrou um rombo de R\$ 7 bilhões de 1995 para cá, ou seja, durante as duas gestões de Byron Queiróz.

Heloísa Helena apresentou requerimento, aprovado pela CFC, convidando Byron Queiróz, bem como o procurador Aleksander Wilksson, do Ministério Público do Ceará, para deporem na comissão a respeito das denúncias envolvendo o Banco do Nordeste. As datas ainda serão marcadas.

Mozarildo apóia mudança na carreira da AGU

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu o apoio dos senadores para projeto do Executivo, em tramitação na Câmara, que altera a denominação da carreira de assistente jurídico da Advocacia Geral da União (AGU) para consultor jurídico federal. O pleito, informou o senador, foi encampado pela Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos da Advocacia Geral da União (Uniagu).

Para o parlamentar, a proposta é justa, pois a denominação atual dos componentes da carreira consultiva não faz jus à importância da atividade.

Aprovada indicação para diretor do DNIT

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem a indicação do engenheiro Luiz Francisco Silva Marcos para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), em substituição a Francisco de Paula Magalhães Gomes.

O DNIT absorveu atribuições de órgãos do setor público de transportes, extintos em 2001. Relatora da indicação, Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que o currículo de Luiz Francisco preenche amplamente os requisitos legais para a sua nomeação.

Juvêncio elogia apoio de FHC a Mato Grosso do Sul

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) elogiou o presidente Fernando Henrique por ter enviado ao Senado mensagem solicitando autorização para a contratação de empréstimo no valor de US\$ 24 milhões para Mato Grosso do Sul, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). Os recursos destinam-se a melhorias na rodovia MS-384.

— Isso revela que o presidente vem acrescentando ao nosso estado obras fundamentais ao seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito a infra-estrutura — afirmou o senador, citando ainda os US\$ 200 milhões do Projeto Pantanal, para desenvolvimento e preservação ambiental na região.

Osmar quer garantir ICMS para estados produtores de energia

O senador Osmar Dias (PDT-PR) solicitou, ontem, em Plenário, pressa na votação da proposta de emenda à Constituição que transfere para os estados produtores de energia elétrica, como é o caso do Paraná, o direito da cobrança do



Osmar Dias pediu pressa na votação da proposta que regulamenta a cobrança

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre energia elétrica. Atualmente, a arrecadação desse tributo fica com os estados consumidores.

Osmar Dias foi prontamente atendido pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. O presidente informou que manterá entendimentos com o autor da proposta, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), e que a matéria deverá constar imediatamente da pauta do Plenário, para votação em segundo turno.

Para Osmar Dias, é um "verdadeiro absurdo" que os para-

gar agora, juntamente com outros estados, o "seguro apagão" — o aumento de tarifa de energia elétrica cobrado dos consumidores para carrear mais recursos às empresas do setor, de modo a elevar investimentos e impedir novos riscos de apagão.

Segundo Osmar Dias, o estado do Paraná nunca correu qualquer risco de apagão, pois é um grande exportador de energia elétrica, que responde por 30% do abastecimento da Região Sudeste. O estado é responsável, também, por 25% da produção agrícola nacional.

O senador disse que o Paraná foi duplamente punido pois, para construir as usinas hidrelétricas, teve de inundar grandes áreas agricultáveis. Para compensar essas perdas — afirmou — é justo que se apresse agora a votação da proposta de emenda à Constituição.

Desigualdade social gera violência, diz Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) citou ontem dados de matéria jornalística, que demonstram como o nível de violência em uma sociedade é influenciado pelo desempenho econômico, pelo desemprego e pela má distribuição de renda. Problemas que pertencem à realidade brasileira, observou.

Apesar de reconhecer que a segurança pública deve receber recursos e que a Justiça do país precisa ser mais ágil, ele contestou as análises que indicam como solução de combate à violência apenas o aumento do contingente de policiais e o acréscimo das penas.

A saída, apontou Valadares, é a redistribuição da renda e o investimento em educação. No caso da educação, ele defendeu a adoção de programas como o bolsa-escola, ampliando o acesso à escola.

Entre as conclusões das esta-



Valadares: aumento de renda e educação ajudam a reduzir violência

tísticas, destacou o senador, está a de que o aumento do salário real e a queda de desigualdades são fatores que contribuem para reduzir a taxa de homicídios entre os jovens de 15 a 19 anos.

Também é importante, indicou Valadares, que as crianças tenham a possibilidade, quando jovens, de conseguir bons empregos. Ele citou exemplos da Alemanha e do Japão, que possuem redes de proteção social. No Japão, contou, existe uma vinculação entre os trabalhadores e as empresas em que trabalham, passando isso de geração para geração. Na Alemanha, garante-se aos filhos dos trabalhadores empregos nos ofícios de seus pais.

— Não poderemos falar em redução de violência enquanto não se redistribuir com maior equanimidade a renda no Brasil — acentuou Valadares.

Mozarildo quer criar Fundo Verde para Amazônia

Senador anuncia apresentação de proposta destinando parte dos valores arrecadados com os impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados para pesquisas em universidades voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável

Wilson propõe liberação de PIS/Pasep a desempregados

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) anunciou ter apresentado projeto de lei autorizando a liberação total dos depósitos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) para trabalhadores desempregados. A liberação desses recursos foi pedida a ele por meio do serviço Voz do Cidadão – serviço que, para o parlamentar, é motivo de orgulho de todo o Senado, por significar um “verdadeiro processo de integração entre o eleitor e seu senador”.

Carlos Wilson explicou que a Constituição de 1988 eliminou os depósitos mensais nas contas dos trabalhadores inscritos, mas preservou a legitimidade das contas existentes e determinou que lei específica trataria dos critérios de saque e movimentação. Essa lei, no entanto, ainda não foi elaborada.

O parlamentar por Pernambu-



Carlos Wilson acatou pedido formulado pela Voz do Cidadão

co lembrou que o desemprego atinge 7% da população trabalhadora brasileira, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Além disso, acrescentou o senador, para cada emprego formal existe um informal.

Carlos Wilson manifestou o desejo de se fazer ampla reflexão acerca dos direitos trabalhistas no Brasil. Ele posicionou-se contra a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), proposta pelo governo.

– Acredito que revisar a CLT seria saudável e salutar. Entretanto, acho que deveríamos avançar no debate, não retroceder. Discutir a hegemonia dos acordos coletivos sobre a legislação é um atraso.

Para Carlos Wilson, “um governo se mede pela capacidade de gerar e gerir empregos”. De acordo com o senador, “é a brutal carga tributária que incide sobre a atividade econômica que inviabiliza o pleno emprego, e não os direitos trabalhistas”.

Sartori presta homenagem ao trabalhador do campo

Após ter visitado 42 municípios de Rondônia, o senador Chico Sartori (PSDB-RO) disse que vê com tristeza e indignação a transformação dos problemas do campo no estado em assunto de polícia, quando eles deveriam ser tratados

dentro de uma política de ocupação e fomentação agrícola para o desenvolvimento da Amazônia e do Brasil.

Numa homenagem que prestou aos trabalhadores, pela proximidade do dia 1º de maio (Dia do Trabalho), Sartori disse que o país ainda não parou “graças ao patri-



Chico Sartori: problemas do campo não são assunto de polícia

otismo, à dedicação e à compreensão dos trabalhadores, que continuam a acreditar no nosso futuro”.

O senador destacou a capacidade dos trabalhadores mais humildes de enfrentar as adversidades no campo, dizendo lembrar-se da primeira vez que os viu receberem seus títulos de propriedade da terra no interior de Rondônia.

Sartori recordou suas origens no campo, no interior de Santa Catarina, e da sua mudança para a cidade de Vilhena, em Rondônia, onde participou do processo de colonização e reforma agrária.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) anunciou a apresentação de emenda constitucional de sua autoria que visa instituir instrumento financeiro de estímulo ao desenvolvimento das universidades federais localizadas na Amazônia Legal. A idéia é obrigar a União a destinar parte dos valores arrecadados com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados para compor o Fundo Verde.

A proposta, explicou o senador, consiste em reservar 0,5% dos recursos arrecadados para as universidades da região amazônica, que deverão aplicá-los em programas de ensino, pesquisa e extensão, voltados à promoção do desenvolvimento sustentável.

– Essa PEC visa fortalecer as



Mozarildo Cavalcanti: PEC visa fortalecer as universidades federais da Amazônia

universidades federais da Amazônia, que, com a medida, poderão investir no conhecimento científico, formando uma massa crítica, descentralizando o saber amazônico, e, em consequência, garantir e alavancar o desenvolvimento da região.

A sugestão, informou,

consta do documento intitulado Carta de Boa Vista, resultante de reunião realizada com a participação das nove universidades dos estados da Amazônia. Entre as conclusões do encontro, ressaltou, está a constatação de que a região, apesar de ser considerada reservatório dos ecossistemas da última grande floresta tropical do mundo e que concentra a maior biodiversidade do planeta, não tem recebido, na prática, condições de desenvolvimento.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltou a originalidade da proposta. Sebastião Rocha (PDT-AP) e Chico Sartori (PSDB-RO) apoiaram a solução encontrada por Mozarildo.

Marina pede ajuda para os índios caiovás

A senadora Marina Silva (PT-AC) pediu que o governo federal, por intermédio do Ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio (Funai), faça todos os esforços possíveis para resolver o impasse que ameaça terminar em suicídio de cerca de 300 índios

caiovás, de Mato Grosso do Sul. Segundo Marina, essa comunida-



Marina: índios ameaçam realizar suicídio em massa

de indígena vinha ocupando terras de um fazendeiro, mas mudança em determinações da Funai levou o dono das terras a ingressar na Justiça solicitando ordem de despejo, que ainda não foi executada. A senadora explicou que os índios ameaçam

realizar suicídio em massa caso a ordem de despejo se concretize.

Marina ressaltou que os caiovás já vinham cometendo suicídio desde 1997 e que o fenômeno, no seu entender, se deve à perda de identidade por parte dos índios, especialmente os jovens. “Desprovidos da possibilidade de reproduzir seus aspectos econômicos, culturais e espirituais, os jovens perderam suas referências.”

A senadora sugeriu que as terras dos caiovás sejam demarcadas e pediu ajuda ao presidente do Senado, Ramez Tebet, para resolver o impasse.

Lobão defende reabertura de Serra Pelada

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu a reabertura de Serra Pelada para os garimpeiros e o incentivo à pequena produção como forma de enfrentar o excesso do produto no mercado internacional. Segundo o senador, a proibição do garimpo no Brasil esconde interesses internacionais poderosos. Como exemplo ele citou a produção de estanho, em que o Brasil ocupava o posto de maior produtor mundial até 1992, quando foram fechados os garimpos de Roraima e teve início a demarcação das terras indígenas dos ianomâmis.

Com base em dados do relató-

rio Gold Brasil/1999, Lobão ressaltou que houve queda contínua da produção de ouro no Brasil nos anos 90 até 2002. “As pequenas minas ao redor de Poconé foram fechadas, em sua maioria, pelo governo estadual do Mato Grosso, sob pressão do FMI, que condicionou um empréstimo à ação vigorosa contra os garimpeiros, considerados poluidores do meio ambiente”, disse o senador.

Segundo Lobão, a explicação é



Lobão diz que proibição do garimpo esconde interesses internacionais

que o governo suíço colocou à venda metade de suas reservas de ouro (2,6 mil toneladas), derubando a cotação do produto no mercado internacional. De acordo com o relatório Gold Brasil, outros bancos centrais, como o australiano, o belga e o

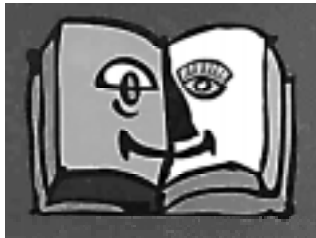
holandês, também têm realizado vendas de ouro que alcançaram mais de 500 mil toneladas no final da última década, quantidade equivalente a 1/6 da produção das novas minas.

Senado lança livro sobre início do regime militar

Será apresentada hoje ao público, na Bienal do Livro de São Paulo, "A Constituição que não foi: a História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969". Senadores Edison Lobão, Carlos Wilson e Lúcio Alcântara participam do evento

O vice-presidente do Senado, senador Edison Lobão (PFL-MA), o primeiro-secretário da Casa, senador Carlos Wilson (PTB-PE), e o presidente do Conselho Editorial, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lançarão hoje, às 18h, o livro *A Constituição que não foi: a História da Emenda Constitucional nº 1, de 1969* e o CD-ROM da *Bibliografia Brasileira de Direito – Edição Comemorativa do Milênio – 1980-2001*.

O jornalista Elio Gaspari participará do evento, que acontecerá no estande do Senado na 17ª Bienal Internacional do Li-



vro de São Paulo. O livro, inédito, reúne documentos que ajudam na compreensão dos primeiros anos do regime militar, trazendo a público atas da Comissão de Alto Nível nomeada pelo então presidente Costa e Silva para reformar a Constituição de 1967. O trabalho da comissão, porém, não foi utilizado como pretendia Costa e Silva, que, afastado por motivos de saúde, não permaneceu no cargo para ver a edição da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, que recebeu o aval da Junta Militar que assumiu o poder em agosto daquele ano. Durante o lançamento, o sena-

dor Carlos Wilson e o coordenador da Comissão de Feiras de Livros, Paulo Afonso Lustosa, homenagearão o presidente do Conselho Editorial do Senado, Lúcio Alcântara, com placa em agradecimento ao seu apoio à participação da Casa em eventos literários.

A Bienal do Livro fica aberta à visitação até 5 de maio. Os visitantes poderão, no estande do Senado, conhecer mais sobre a instituição.

No local, podem ser encontrados livros publicados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e exposição com documentos importantes para a história do país, como as cartas-renúncia dos ex-presidentes Fernando Collor e Jânio Quadros.

Távola sugere publicação de obras de senadores

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), líder do governo na Casa, sugeriu ontem à Mesa a publicação de trabalhos de autoria dos senadores, em formato de livro, a fim de que possam tornar-se acessíveis ao grande público.



Távola: senadores têm produzido trabalhos de relevância para o país

Os livros, a serem publicados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações, seriam inclusive divulgados nas bienais de que o Senado participa.

Segundo Artur da Távola, vários senadores têm abordado,

nesses trabalhos, temas de grande relevância para a cultura e desenvolvimento do Brasil, e que, certamente, despertariam grande interesse em diversos segmentos da sociedade.

Artur da Távola afirmou, como exemplo, que o senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário da Mesa, possui amplo trabalho sobre obras públicas inacabadas em todo o país, e o senador Lauro Campos (PDT-DF) tem abordado temas "que cons-

tituem verdadeiros livros didáticos".

O senador lembrou, ao ressaltar a importância de se oferecerem as separatas dos trabalhos dos senadores no formato de livro, que a Bienal do Livro de São Paulo, aberta ontem, conta com 850 estandes – entre eles o do Senado Federal –, atraindo público de cerca de 500 mil pessoas.

Após conversar com o primeiro-secretário, o senador Edison Lobão (PFL-MA), na presidência dos trabalhos, disse que a sugestão é bem recebida pela Mesa e que o assunto seria encaminhado à presidência da Casa.

Situação habitacional e urbana será debatida

A Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano aprovou requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) para realização de audiências públicas sobre as questões habitacional e urbana. O primeiro debate será em 7 de maio.

Dos participantes sugeridos para o primeiro encontro, já confirmaram presença o ex-governador Anthony Garotinho, pré-candidato do PSB à Presidência da República, e o

bicampeão mundial de boxe Acelino Popó de Freitas. A discussão deve também contar com a participação da coordenadora do Fórum Nacional de Reforma Urbana, Grazia de Grazia. Para a segunda audiência pública, prevista para 21 de maio, foi confirmada a participação do ex-governador do Ceará Ciro Gomes, pré-candidato do PPS à Presidência.

Mauro Miranda, presidente da subcomissão, destacou seu inte-

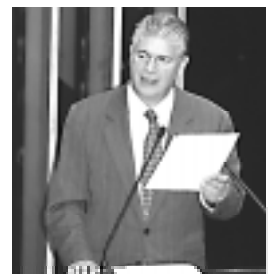


Subcomissão de Moradia aprovou ontem a realização das audiências

resse em propiciar o debate sobre a situação atual da ocupação urbana no Brasil, propondo meios para a inclusão do tema na agenda política nacional e para a reversão "do quadro dramático da questão habitacional de nossas cidades".

Requião propõe moção de solidariedade à Argentina

Já foi encaminhada para exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) solicitação do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para que o Congresso envie moção de solidariedade ao povo e ao governo argentinos, repudiando, ao



Requião pretende que o Senado manifeste repúdio aos EUA

mesmo tempo, o comportamento do governo dos Estados Unidos em relação àquele país por intermédio do Tesouro Nacional e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Requião, que preside a representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, disse que a moção é a maneira concreta de o Brasil demonstrar, urgentemente, a solidariedade que dedica à população argentina, que sofre uma grave crise.

– Tornou-se consenso geral que o fracasso do plano econômico

argentino imposto pelo Tesouro norte-americano e pelo Fundo Monetário Internacional, vigente nos últimos 11 anos, é a razão da imensa miséria que se abateu vertiginosamente sobre o povo argentino e faz tremar as instituições políticas que ainda respiram naquele país – ressaltou o parlamentar.

Para Requião, a atual situação da Argentina interessa aos Estados Unidos. O fracasso da democracia naquele país, afirmou, contribuirá para a desmontagem do Mercosul, que, lembrou, dificulta as negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), projetada para constituir um imenso mercado americano em que prevaleçam os interesses dos Estados Unidos.

Porto homenageia JK, Tancredo e Tiradentes

O senador Arlindo Porto (PTB-MG), pela passagem do dia 21 de abril, fez pronunciamento para lembrar três das "maiores figuras da história do país" marcadas por essa data – Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek de Oliveira, todos de Minas Gerais.

Imolado em praça pública em 21 de abril de 1792, Tiradentes, disse, deixou uma marca de luta na história do Brasil.

– A voz do justo, momentaneamente calada pela força do arbítrio, ecoa pelos séculos, a clamar por justiça, independência e liberdade.

Com Tancredo Neves, que morreu em 21 de abril de 1985, antes



Porto lembrou as três "maiores figuras históricas do país"

de ser empossado presidente da República, "a política atingia sua culminância", afirmou.

– Nele, na sua dose certa, a serenidade e prudência, cultura e sabedoria se uniam para configurar uma personalidade marcante –

disse Arlindo Porto, para quem Tancredo foi o artífice do difícil processo de transição para a democracia.

O senador afirmou também que, em 1960, o 21 de abril traria festa com a inauguração de Brasília, obra nascida do sonho do mineiro Juscelino Kubitschek.

– Brasília é única. Do traçado simples e genial de Lúcio Costa, surgiu a cidade que não se confunde com nenhuma outra.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson e Chico Sartori